

Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no governo Goulart (1961-1964)*

Jorge Ferreira**

Universidade Federal Fluminense

Desde que João Goulart tomou posse na presidência da República, em 7 de setembro de 1961, grupos políticos conservadores e de direita moveram intensa campanha contra o governo até a vitória do golpe de Estado que, em abril de 1964, implantou a ditadura dos generais. São diversas as pesquisas que comprovam a atuação de políticos, militares e empresários nos episódios que culminaram com o colapso da democracia no Brasil. No entanto, tema ainda pouco freqüentado na bibliografia é o papel representado pelas esquerdas naquele processo.

Quero, neste trabalho, reconstituir parte das estratégias políticas das esquerdas que, no governo de João Goulart, integraram a Frente de Mobilização Popular (FMP), em particular os seguidores de Leonel Brizola, conhecidos como nacional-revolucionários. Em processo de radicalização crescente, as esquerdas participaram ativamente das lutas e dos conflitos políticos da época.

Leonel Brizola e as esquerdas

Ao assumir o governo, Goulart teve que responder ao programa histórico das esquerdas e defendido por ele mesmo desde os anos 1950: as reformas de base. Tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo o desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social.

Um grupo no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), auto-nomeado de nacional-revolucionários, seguia a liderança de Leonel Brizola. O político trabalhista gaúcho projetou-se como líder no campo das esquerdas quando, no governo do Rio Grande do Sul, nacionalizou empresas norte-americanas de comunicação e de energia e criou 680 mil vagas escolares no estado. Mas foi a sua atuação ousada na Campanha da Legalidade, enfrentando com grande coragem a direita civil-militar, que consolidou seu nome como líder da facção mais à esquerda do

* A pesquisa recebeu apoio financeiro do CNPq para a sua realização.

** Professor Titular de História do Brasil do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

PTB. Militantes de outros grupos e partidos políticos, inclusive os que se diziam revolucionários, reconheciam sua liderança. Sua popularidade entre os sargentos das três Forças Armadas e das Polícias Militares, além de marinheiros e fuzileiros da Marinha de Guerra era algo sem precedentes. Durante o governo de João Goulart, o prestígio político de Leonel Brizola no campo popular, nacionalista e de esquerda era imenso e sua atuação foi, sobretudo, no sentido de pressionar o presidente para agilizar as reformas prometidas, sobretudo a agrária, que, se não fosse realizada “na lei”, seria implementada “na marra”.

Sob a liderança de Brizola, surgiu no cenário político, no início de 1963, a Frente de Mobilização Popular, qualificada por Ruy Mauro Marini como um "parlamento das esquerdas".¹ A FMP reunia as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base e esforçava-se para que Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo a custo de uma política de confronto com a direita e os conservadores, incluindo o Partido Social Democrático, o PSD. Ao mesmo tempo, procurava se impor como força viável às reformas diante das posições do Partido Comunista Brasileiro (PCB), interpretadas como moderadas. Na FMP estavam representados os estudantes, com a União Nacional dos Estudantes (UNE); os operários urbanos, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC); os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a Ação Popular (AP), a POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) (POR-T) e segmentos de extrema-esquerda do PCB; bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), além dos nacional-revolucionários brizolistas. Segundo Herbert de Souza, o Betinho, na época militante da AP, a FMP foi uma experiência rica para as esquerdas. “Foi uma experiência aberta, um fórum de debates, de articulação, de politização.”² Liderando também a facção mais radicalizada do PTB, Brizola expressava idéias e crenças de grupos esquerdistas heterogêneos.

Interpretações com tendências a personalizar a História culpam a atuação de Leonel Brizola por desgastar politicamente o governo de Goulart e, desse modo, provocado o golpe

¹ Citado em NEVES, Lucília de Almeida. *PTB. Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989, p. 236.

² Citado em MORAES, Denis. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo, 1989, p. 259.

militar. Seu radicalismo e sua pregação revolucionária teriam minado a autoridade do presidente e aberto caminho para a sua deposição. No entanto, analisando os grupos políticos que participavam da FMP, ali estavam presentes líderes sindicais, camponeses, estudantis e dos subalternos das Forças Armadas, grupos marxistas-leninistas, políticos nacionalistas. Na Frente estava reunida a esquerda da época que reconhecia Leonel Brizola como liderança. Ele interpretava as idéias, crenças e projetos de grupos e partidos que participavam da FMP e, exatamente por isso, foi reconhecido como líder. Se ele defendia idéias radicais e revolucionárias era porque aquelas esquerdas igualmente eram radicais e pregavam a revolução. Ambos falavam a mesma linguagem e tinham objetivos em comum. Tratava-se da esquerda brasileira em época de radicalização.

A imaginação nacional-revolucionária

As esquerdas, naqueles anos, fabricaram, disseminaram e tornaram comuns imagens que agiram no sentido de sedimentar idéias, crenças e comportamentos coletivos. Traduzido por meio da linguagem, o conjunto de representações auxiliava no processo de alimentar certezas, arregimentar adeptos e reforçar utopias. Uma das imagens que atuaram com força incomum entre as esquerdas, nos discursos de Brizola em particular, era a que aludia ao “desfecho”. A palavra era recorrente nos argumentos das esquerdas, sempre no sentido de que o fim de um ciclo estaria se aproximando. No manifesto que acompanhava o modelo de ata do “grupos de onze companheiros” Brizola dizia: “passamos a viver momentos decisivos de nossa vida e de nossa história. Aproximamo-nos, rapidamente, de um desfecho deste período cruel que se iniciou desde o fim da última guerra”.³ Para Brizola, é “a espoliação praticada pelas empresas estrangeiras no Brasil, por ser esta causa e origem profundas deste quadro de injustiças, de sofrimentos, de angústias, e de pobreza que vêm tornando a vida humana insuportável em nosso país”. Os resultados, em um aspecto, eram a inflação e a miséria do povo; em outro, o enriquecimento e os privilégios obtidos por uma minoria de brasileiros associados aos interesses estrangeiros. Contudo, continuou no texto, “ninguém mais nos ilude”: os preços sobem, as reformas não são realizadas, o povo luta para sobreviver e a própria soberania se degrada, em consequência do “monstruoso processo espoliativo, do saque internacional que leva para fora de nossas fronteiras

³ “Organização dos ‘Grupos de Onze Companheiros’”. *Panfleto*. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro, p. 14-15.

os frutos do trabalho e da produção do povo brasileiro”. A conclusão, portanto, é a de que, “sem dúvida, aproximamo-nos, rapidamente, de um desfecho”.

Para Brizola, o “desfecho”, em linhas gerais, ocorreria da seguinte maneira. Em reação à inconformidade do povo diante das grandes injustiças econômicas e sociais, a minoria privilegiada do país recorreria à repressão e, com a polícia ou o Estado de Sítio, cercearia as liberdades individuais em nome da “democracia”, do “desenvolvimento econômico” e das “tradições cristãs”. Para Brizola, “ordem para esta minoria é a ordem dos cemitérios; democracia é o regime de minorias privilegiadas; desenvolvimento econômico é o enriquecimento dos grupos e empobrecimento do povo; em matéria de liberdade a única que defendem mesmo é a liberdade de lucrar e fazer negócios”.

Assim, na lógica do “desfecho”, formulava-se um duplo jogo de imagens. De um lado, havia o “povo” – constituído por trabalhadores urbanos e rurais, mas também por estudantes, militares nacionalistas, intelectuais comprometidos, entre outros. Em suas lutas, o “povo” manifestava seu inconformismo com protestos de rua, greves por aumentos salariais, luta pela terra e defesa das bandeiras nacionalistas sobretudo contra o “saque internacional que leva para fora de nossas fronteiras os frutos do trabalho e da produção”. Mas, de outro, ainda nas palavras de Brizola, existia o “antipovo”: “uma minoria de brasileiros egoístas e vendilhões de sua Pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e a finança, a grande imprensa, os controles da política até aos negócios internacionais – associou-se ao processo de espoliação de nosso povo. Esta minoria é que chamamos de antipovo, de antinação”. Portanto, o momento era de decisão. Aproximava-se a hora da opção, a hora do “desfecho”. “Ou estaremos com o povo ou com o antipovo; ou seremos patriotas ou traidores”.

Além das imagens que aludiam ao “desfecho” e ao “povo/antipovo”, outro recurso imaginário, muito recorrente na época, era o que alertava para o perigo do “gorila”. No jornal *Panfleto*, porta-voz da FMP e dos nacional-revolucionários, um suboficial escreveu um artigo intitulado “O problema dos gorilas”. Segundo o argumento, a definição mais imediata para a palavra “gorila” era “inimigo do povo”. Entre o “espécime”, alega, existiam elementos civis, sendo Carlos Lacerda a maior expressão. Contudo, são os militares aqueles que oferecem os maiores contingentes ao “gorilismo”. Fenômeno latino-americano, fascista e anticomunista, “o ‘gorila’ é particularmente subserviente aos ditames dos chefes militares do Pentágono. O ‘gorila’

militar é um dos instrumentos mais brutais com que o capital monopolista procura esmagar os povos”.

Os comandos nacionalistas

As esquerdas produziam e manejavam imagens e representações, mas também propunham formas de organização. Em sua estratégia de luta extraparlamentar, Brizola, em fins de novembro de 1963, pregava a formação de "grupos de onze companheiros" ou “comandos nacionalistas”. No manifesto que seguia o modelo de ata de fundação de um “comando”, Leonel Brizola sugeria como formar um desses grupos: primeiro, duas ou três pessoas, em comum acordo, convidariam outros colegas até formarem um grupo de onze. A seguir, lavrariam a ata de fundação com a assinatura de todos. Desse modo, haveria a concordância com o manifesto que acompanhava o modelo de ata. Depois, o grupo escolheria um chefe e um substituto eventual. Ao final, comunicariam por carta ou telegrama (de preferência entregando pessoalmente) a formação do grupo ao deputado Leonel Brizola, na sede da rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro, constando o endereço para correspondência.

Segundo o manifesto que acompanhava a ata, diante do “desfecho” que se aproximava, era necessário refletir sobre o que fazer. Inicialmente era necessário um grande esforço de esclarecimento e conscientização de milhões de brasileiros para as verdadeiras origens da miséria e injustiças que se abateriam sobre o povo. É verdade que os trabalhadores se empenharam na organização em seus sindicatos, como também estudantes, camponeses, intelectuais e “muitos de nossos irmãos militares”, dizia Brizola. Mas era pouco diante de milhões de brasileiros sem qualquer articulação política, agindo de maneira desorganizada.

“A organização de nosso povo, eis a tarefa urgente e imprescindível, neste momento. Povo desunido, povo desorganizado é povo submetido, sem condições de defender os seus mais sagrados interesses e de realizar o seu próprio destino. Se, em curto espaço de tempo, conseguirmos estruturar uma organização razoável, estarão criadas as condições para o nosso povo, na hora do desfecho que se aproxima, nos momentos em que pretendam garrotear as nossas conquistas democráticas, venha assumir uma posição, não apenas de defesa de suas liberdades mas, também, para caminhar por si mesmo em busca de sua própria libertação. O que cabe fazer, portanto, neste momento, a todos nós é, exatamente: organização, organização e organização.”

A tarefa era difícil, sobretudo pelas dimensões continentais do Brasil e o tempo muito curto que o povo dispunha para se organizar “à medida que a crise brasileira se aproxima do seu

desfecho”. Assim, para Brizola, seria preciso a iniciativa criadora de cada um, como ocorreu na Campanha da Legalidade quando o povo organizou-se de maneira espontânea. As iniciativas precisariam surgir por toda a parte, “onde quer que se encontre um brasileiro consciente, um nacionalista, um patriota”: nos bairros, cidades, fábricas, escritórios, no campo. Seguindo estas diretrizes foi que surgiu a proposta do “grupo de onze companheiros” ou “comandos nacionalistas”: reunir em uma organização simples, ao alcance de todos, nas mais distantes localidades do país, articulando-as a outras existentes, a exemplo da FMP, do CGT, da UNE, da FPN e das Ligas Camponesas. Para Brizola, o objetivo era consolidar a unidade das forças populares, dos nacionalistas civis e militares e de todos os getulistas e trabalhistas que seguiam a Carta Testamento de Getúlio Vargas. O objetivo, enfim, era unir “todos os brasileiros, homens e mulheres que se disponham a lutar em defesa de nossas conquistas democráticas por uma democracia autêntica, pela realização imediata das reformas de base e pela libertação do nosso povo da espoliação internacional”. O “grupo de onze companheiros”, assim, permitiria que o povo compreendesse, a partir de suas próprias experiências, formas de organização. No caso, tratava-se do futebol, esporte praticado por onze jogadores, cada um em uma posição e uma função na equipe, sendo um deles escolhido capitão. Todos sabiam que, para a vitória, era necessária uma ação coordenada de todos e que atitudes isoladas prejudicavam o conjunto. “É uma demonstração ao alcance de todos sobre o que significa, o que pode e como funciona o trabalho em equipe e ação organizada”, diz o manifesto. Com os “comandos nacionalistas”, as atitudes individuais seriam substituídas por ações organizadas em grupos, articuladas entre si e interligadas a níveis local, regional e nacional.

“Assim, qualquer brasileiro que tenha sua consciência de patriota queimando de inconformidade com os sofrimentos e injustiças que aí estão esmagando nosso povo, onde quer que se encontre, pode e deve tomar a iniciativa junto aos seus companheiros e amigos, de sua vizinhança (em primeiro lugar), de fábrica, de escritório, da sua classe, do rincão onde vive, pelas lavouras e pelos campos, para organização de um ‘Grupo de Onze’, reunir-se e fundar a organização”.

As forças populares, desse modo, se organizariam por meio de “grupos de onze companheiros”. Seriam as forças do “povo” articuladas e atuando em conjunto contra os “gorilas” e o “antipovo”. A proposta de Leonel Brizola foi recebida de maneira positiva pela AP, POLOP, tendências trotskistas, deputados do Grupo Compacto e pelo movimento dos sargentos. Os comunistas do PCB, no entanto, criticaram duramente a iniciativa. O “grupo de onze

companheiros” era uma resposta de Leonel Brizola ao crescimento de suas bases de apoio cada vez mais à esquerda, o que incomodava ao próprio PTB. Suas pregações na rádio Mayrink Veiga cativavam milhares de pessoas que respondiam com telefonemas ou telegramas de apoio. Segundo cálculos de Neiva Moreira, cerca de 60 a 70 mil militantes se organizaram em “grupos de onze companheiros”. O próprio Leonel Brizola avalia que 24 mil grupos se formaram em todo o país. A estratégia era a de que, com o crescimento e o fortalecimento dos “comandos nacionalistas”, se formasse, em período muito curto, o embrião de um partido revolucionário.

Seja como for, a maior conseqüência dos “comandos” foi a de gerar o medo-pânico entre os conservadores e a direita civil-militar. Mesmo que a iniciativa de Brizola não tivesse tido tempo de prosperar, a imprensa supervalorizou o movimento, publicando notícias assustadoras sobre supostas ações, na maioria das vezes imaginadas pelos donos dos jornais, dos “comandos nacionalistas”. Comunismo e guerra revolucionária eram as imagens mais disseminadas.

A opção pelo confronto

Inicialmente entusiasmadas com a posse de Goulart, logo as esquerdas se mostrariam impacientes por ele não decretar as reformas de base e, sobretudo, buscar o apoio do Partido Social Democrático no Congresso Nacional. A estratégia do presidente era a de unir o PSD, partido que tinha maioria parlamentar, com o PTB e, assim, aprovar as reformas por meio da negociação e do consenso. Para as esquerdas, a estratégia presidencial era recusada e condenada: pactos, acordos e compromissos com os pessedistas não passavam de “política de conciliação”. Exigiam de Goulart a formação imediata de um governo popular e nacionalista, apoiando-se exclusivamente nas forças de esquerda. Desde que tomara posse na presidência da República, Brizola o aconselhava a dar um golpe de Estado: “se não dermos o golpe, eles o darão contra nós”.⁴ A alternativa, no entanto, era descartada pelo presidente. Não estava em seus planos tornar-se um ditador.

As esquerdas não acreditavam que as reformas fossem aprovadas pelo Congresso Nacional. Como os parlamentares não aprovavam a reforma agrária sem indenizações aos latifundiários, a FMP apostava na estratégia de desmoralizar o Legislativo Federal, comprovando que se tratava de uma instituição ultrapassada, formada por políticos distantes do povo. Em

⁴ Citado em BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1977, p. 131.

janeiro de 1964, a FMP passou a defender a realização de um plebiscito para que o povo fosse consultado sobre a necessidade da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Sem a influência do poder econômico, o povo elegeria operários, camponeses, sargentos e oficiais militares nacionalistas. A Assembléia escreveria uma nova Constituição e, ao mesmo tempo, aprovaria as reformas de base. Segundo editorial de *Panfleto*,

“Quando o povo luta pela revisão constitucional está certo. O fetichismo da ordem jurídica intocável é absurdo. O nosso compromisso é o da democracia verdadeira, que é regime do povo. Uma Constituição pode ou não ser popular e, se não for, deixará, necessariamente, de ser democrática. Nessa linha de ação, o plebiscito que defendemos para consultar o povo sobre a Constituição que fará as Reformas, pode não ser rigorosamente constitucional, mas é inequivocamente democrático. É, ainda, uma saída contra a guerra civil, que a reação elabora nos subterrâneos do crime político e da traição nacional. [...] O povo quer as Reformas. O Congresso as recusa. [...] Esta é a hora de definição e de luta. O povo deve vigiar e agir. [...] O processo de libertação nacional seguirá seu curso, mesmo à custa de todos os sacrifícios.”⁵

Os fundamentos da democracia liberal, instituídos pela Constituição de 1946, começaram a ser questionados pelas esquerdas. O regime político surgia como um empecilho às reformas, estando a serviço dos privilégios de classe. Luís Carlos Prestes já admitia o rompimento constitucional. Em janeiro de 1964, declarou a possibilidade de reeleição de Goulart ou que ele e Brizola poderiam desempenhar, no Brasil, o mesmo papel de Fidel Castro em Cuba.⁶

Enquanto as esquerdas agrupadas na FMP criticam João Goulart por sua “política de conciliação”, as direitas avançavam no processo conspiratório e a crise financeira do país se agravava. A hostilidade política do governo norte-americano, sobretudo a sua intransigência em não renegociar a dívida externa, levava o país à bancarrota. Grupos políticos, empresariais e militares de direita articulavam-se para conspirarem contra o governo. A política de Goulart de unir o centro pessedista com a esquerda trabalhista e, com maioria no Congresso Nacional, viabilizar as reformas, se mostrara um fracasso. As partes, repetidamente, negavam-se a pactos e a compromissos. Todas as iniciativas do presidente para aproximar o PTB do PSD, buscando manter a coligação que sustentou o regime democrático desde 1946, mostraram-se infrutíferas.

A realização do comício na Central do Brasil, em 13 de março de 1964, significou a escolha do presidente pela política ofensiva FMP. Excessivamente confiantes, os grupos e

⁵ Idem, 23 de março de 1964, p. 8.

⁶ SEGATTO, José Antônio. *Reforma e Revolução – As vicissitudes políticas do PCB (1954- 1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, p. 164.

partidos esquerdistas acreditaram que, após acumularem forças, havia chegado a hora do “desfecho”. Na Central do Brasil, Brizola falou em nome da Frente de Mobilização Popular.⁷ Seu principal ataque foi ao Congresso Nacional:

“Não podemos continuar nesta situação. O povo está a exigir uma saída. Mas o povo olha para um dos poderes da República, que é o Congresso Nacional, e ele diz não, porque é um poder controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários, privilegiados e de ibadianos. É um Congresso que não dará mais nada ao povo brasileiro. O atual Congresso não mais se identifica com as aspirações de nosso povo.”

Diante da inoperância e do antagonismo entre os Poderes Executivo e Legislativo, a alternativa sugerida por Brizola era a de conferir ao povo o poder de decisão.

“O povo é a fonte de todo o poder. Portanto, a única saída pacífica é fazer com que a decisão volte ao povo através de uma Constituinte, com a eleição de um Congresso popular, de que participem os trabalhadores, os camponeses, os sargentos e os oficiais nacionalistas, homens públicos autênticos, e do qual sejam eliminadas as velhas raposas da política tradicional. Dirão que isto é ilegal. Dirão que isto é subversivo. Dirão que isto é inconstitucional. Por que, então, não resolvem a dúvida através de um plebiscito? Verão que o povo votará pela derrogação do atual Congresso.”

A proposta das esquerdas agrupadas na FMP era reiterada no comício: um plebiscito sobre a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte que, substituindo o atual Congresso Nacional, formulasse uma nova Constituição e aprovasse as reformas de base. Ao final, Brizola concluiu seu discurso com uma advertência: “O nosso caminho é pacífico, mas saberemos responder à violência com violência. O nosso presidente que se decida a caminhar conosco e terá o povo ao seu lado. Quem tem o povo ao seu lado nada tem a temer.”

Unidos na Frente de Mobilização Popular, as organizações e partidos sob a liderança de Brizola adotaram a estratégia de depreciar a imagem do Congresso Nacional, incitando a população contra ele. Como afirmavam, o Congresso era reacionário e não aprovaria as mudanças exigidas pelos trabalhadores. Portanto, era preciso encontrar amplo respaldo popular para alterar a Constituição. Na edição de *Panfleto* de 23 de março, o título, em letras grandes, era: “Forças populares vão enfrentar o Congresso.”

Enquanto isso, um grupo de coronéis, convencidos de que seus superiores dificilmente tomariam a iniciativa de conspirar contra o presidente, decidiu tomar para si a tarefa. O Estado-

⁷ *Panfleto*. Rio de Janeiro, 16 de março de 1964, p. 3.

Maior das Forças Armadas tornou-se o centro da conspiração, enquanto seu chefe, o general Castelo Branco, assumiu a liderança do movimento sedicioso. O golpe militar foi vitorioso em 1º de abril de 1964.

Palavras finais

As esquerdas agrupadas na Frente de Mobilização Popular, durante o governo Goulart, optaram por uma estratégia ofensiva de tomada de poder. Durante a ditadura militar, muitos daqueles que participaram da FMP tomaram em armas e, continuando na estratégia ofensiva, tiveram o projeto de derrubar o governo dos generais e implantar o socialismo no Brasil.

Contudo, em fins da década de 1970, constituiu-se uma memória muito particular sobre aqueles acontecimentos. Por esta maneira de lembrar o passado, o projeto ofensivo das esquerdas tornou-se defensivo; de revolucionárias, elas se transformaram em “democráticas”; de protagonistas da própria História, foram reduzidas à condição de vítimas das direitas.